



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10880.902933/2011-90  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **1401-006.559 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**  
**Sessão de** 22 de junho de 2023  
**Recorrente** CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)**

Exercício: 2005

PER/DCOMP. SALDO NEGATIVO. INDEFERIMENTO EM RAZÃO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ESTIMATIVAS COMPENSADAS. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA CARF N. 177.

Na hipótese de compensação de estimativas não homologadas, os débitos serão cobrados com base em Pedido de Ressarcimento ou Restituição/Declaração de Compensação (Per/DComp), e, por conseguinte, não cabe a glosa dessas estimativas na apuração do imposto a pagar ou do saldo negativo apurado na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A compensação regularmente declarada, tem o efeito de extinguir o crédito tributário, equivalendo ao pagamento para todos os fins, inclusive, para fins de composição de saldo negativo.

A glosa do saldo negativo utilizado pela ora

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso voluntário para reconhecer o direito a um crédito adicional de R\$1.633.501,50, relativo ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2005, e homologar as compensações realizadas até o limite do crédito disponível.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Daniel Ribeiro Silva - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente), Daniel Ribeiro Silva (Vice-Presidente), Cláudio de Andrade Camerano, Ailton Neves da Silva (suplente convocado), Andre Severo Chaves e Itamar Artur Magalhaes Alves Ruga, Andre Luis Ulrich Pinto e Lucas Issa Halah.

## Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face do acórdão proferido pela 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba/PR, que julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade apresentada pelo contribuinte, contra o Despacho Decisório de fl. 2, o qual homologou apenas parcialmente a compensação declarada no PER/DCOMP n.º P 35193.92230.190307.1.3.02-3277, não homologou as demais transmitidas, e indeferiu o pedido de restituição veiculado no PER/DCOMP n.º 31853.57627.270307.1.6.02-7061, sob o fundamento de que o saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2005 seria insuficiente. O valor devedor consolidado em 28/02/2011, alcançava o valor de R\$ R\$ 2.986.040,01.

Tendo tomado ciência acerca do Despacho Decisório, o contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade (fls. 81/85) pugnando pela suspensão dos autos até o julgamento em definitivo dos processos de n.º 10880.954166/2009-80, n.º 10880.900305/2010-99 e n.º 10880.900.303/2010-08, sob a alegação de que:

- a) Segundo se verifica do Despacho Decisório, diversas as estimativas do IRPJ foram compensadas com saldo negativo de períodos anteriores, sendo que estes saldos não foram confirmados;
- b) Que as Declarações de Compensação de n.º 2770.50688.280205.1.3.02-4890 e de n.º 00085.88999.310305.1.3.02-3848 se referem ao saldo negativo do IRPJ do ano-calendário de 2001, e foram analisadas conjuntamente pelo Despacho Decisório n.º 842101545, que não as homologou, bem como que apresentou Manifestação de Inconformidade contra essa decisão, ainda pendente de julgamento – Processo de n.º 10880.954166/2009-80;
- c) Que as DCOMP n.º 50507.290705.1.3.02-4514, n.º 06704.39844.260805.1.3.02-9391 e n.º 23244.37370.300905.1.3.02-7888, em que se utilizou saldo negativo de período anterior para compensar as estimativas de IRPJ, referentes aos meses de junho, julho e agosto de 2005, também foram analisadas em conjunto pelo Despacho Decisório n.º 855635053, que homologou parcialmente uma das compensações, e não homologou as demais, bem como que apresentou Manifestação de Inconformidade contra essa decisão, ainda pendente de julgamento – Processo de n.º 10880.900305/2010-99;

- d) Que a DCOMP n.º 0207.51631.300905.1.3.02-1966, em que em que se utilizou saldo negativo de período anterior para compensar as estimativas de IRPJ, referente ao mês de agosto de 2005, foi analisado pelo Despacho Decisório n.º 855635067, que não homologou a compensação, bem como que apresentou Manifestação de Inconformidade contra essa decisão, ainda pendente de julgamento – Processo de n.º 10880.900.303/2010-08;
- e) Que, portanto, as parcelas “não confirmadas” são objeto de processo administrativo ainda não decidido definitivamente, e cuja decisão implica diretamente no julgamento do presente processo, já que ocorrendo a reforma dos Despachos Decisórios, o direito ao crédito do contribuinte restará confirmado.

Posteriormente, a 1ª Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba/PR, proferiu o Acórdão n.º 06-051.516 (fl. 174/179) abaixo ementado:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA – IRPJ

Ano-calendário: 2005

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA LIQUIDEZ E CERTEZA DO CRÉDITO.

A homologação da compensação declarada pelo contribuinte está condicionada ao reconhecimento do direito creditório pela autoridade administrativa, o que somente é possível mediante apresentação dos elementos que comprovem a liquidez e certeza do direito alegado.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

Em síntese, a DRJ consignou que o litígio se refere à não confirmação de parcela de composição do crédito apurado na DIPJ/2005 relativo ao IRPJ, e que a alegação do contribuinte estaria centrada no fato de que as estimativas que compõem as parcelas de composição do crédito estão sendo discutidas em outro processo e, por esse motivo, o presente caso deve ser suspenso.

Seguiu aduzindo que nos autos mencionados pelo contribuinte, já foram proferidas decisões, sendo que nos autos de n.º 10880.954166/2009-80 e n.º 10880.900305/2010-99, a decisão se deu pela improcedência da Manifestação de Inconformidade. Com relação ao processo de n.º 10880.900.303/2010-08, apesar de a DRJ ter reconhecido parcialmente as alegações de defesa, destacou que ele seria insuficiente para compensar todos os débitos vinculados ao mesmo, restando entre os valores não compensados a estimativa de IRPJ referente ao mês de agosto de 2005 no valor de R\$ 10.000,00.

Dessa forma, considerou que os valores relativos às referidas estimativas carecem dos requisitos de certeza e liquidez, não podendo ser confirmados no presente processo.

Por fim, considerou não ser cabível a suspensão dos autos, já que nos termos do art. 61 da Lei n.º 9784/99, salvo disposição em contrário, os recursos não possuem efeito suspensivo, e, portanto, em não havendo disposição específica acerca do Recurso Voluntário no âmbito do Processo Administrativo Federal, são eficazes as decisões de primeiro grau são validas e eficazes até que sobrevenha decisão em sentido contrário.

Seguiu aduzindo que verificou que no mencionado Processo, foi proferido o Acórdão nº 06-051.515, julgando improcedente a Manifestação de Inconformidade apresentada. Dessa forma, considerou que os valores relativos às referidas estimativas carecem dos requisitos de certeza e liquidez, não podendo ser confirmados no presente processo.

Ciente do Acórdão, o contribuinte interpôs Recurso Voluntário (fls. 183/189), em que basicamente reitera os argumentos tecidos na defesa, valendo destacar, no entanto, a alegação de que iria interpor Recurso contra as decisões proferidas nos processos em comento, e que, dessa forma, as compensações discutidas naqueles autos ainda não estariam definitivamente julgadas.

É o relatório do essencial.

## Voto

Conselheiro Daniel Ribeiro Silva, Relator.

Observo que as referências a fls. feitas no decorrer deste voto se referem ao e-processo.

O recurso é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, por isso dele conheço.

Da análise de crédito às fl. 12 o que se verifica é que a não homologação da DCOMP decorreu da não confirmação das compensações das estimativas que foram objeto do Processo Administrativo n. 10880.900303/2010-08, que tratou das DCOMPs abaixo relacionadas:

Parcelas Confirmadas Parcialmente ou Não Confirmadas					
Período de apuração da estimativa compensada	Nº do Processo/Nº da DCOMP	Valor da Estimativa compensada PER/DCOMP	Valor confirmado	Valor não confirmado	Justificativa
JAN/2005	22770.50688.280205.1.3.02-4890	300.243,92	0,00	300.243,92	Compensação não confirmada
FEV/2005	00085.88999.310305.1.3.02-3848	415.873,32	0,00	415.873,32	Compensação não confirmada
JUN/2005	12851.50507.290705.1.3.02-4514	537.249,47	16.749,62	520.499,85	Compensação confirmada parcialmente
JUL/2005	06704.39844.260805.1.3.02-9391	236.884,41	0,00	236.884,41	Compensação não confirmada
AGO/2005	23244.37379.300905.1.3.02-7888	150.000,00	0,00	150.000,00	Compensação não confirmada
AGO/2005	40207.51631.300905.1.3.02-1966	10.000,00	0,00	10.000,00	Compensação não confirmada
Total		1.650.251,12	16.749,62	1.633.501,50	

Por sua vez a DRJ negou provimento à manifestação de inconformidade por entender ausentes os requisitos de certeza e liquidez do crédito. Assim é que, a parcela de crédito não reconhecido permanece sendo decorrente de estimativas compensadas não homologadas em outros processos.

Indeferir a restituição do saldo negativo apurado levando em consideração as referidas compensações e, ao mesmo tempo, exigir do contribuinte nos referidos processos de cobrança as estimativas não pagas (em razão do indeferimento da compensação), tem como consequência exigir do contribuinte o mesmo crédito duas vezes.

E caso sobrevenha decisão definitiva desfavorável ao contribuinte, ainda assim o débito de estimativa será objeto de cobrança em procedimento específico e poderá ser normalmente executado, não impedindo sua inclusão para efeitos de saldo negativo.

A negativa do cômputo das estimativas no saldo negativo apurado no ano causaria o enriquecimento ilícito da Fazenda Nacional, pois ao mesmo tempo em que o fisco exige o seu pagamento nos autos dos processos de compensação, também ora impede a sua utilização.

Este entendimento decorre do fato de a Declaração de Compensação apresentada pelo contribuinte constituir em confissão de débitos, na forma das normas do art. 74, da Lei nº 9.430/96. Assim, mesmo não homologada a compensação do débito da estimativa que compôs o crédito do processo, aquele débito será objeto de cobrança administrativa e/ou judicial. Por esta razão, impedir a utilização da estimativa em processo subsequente enquanto é mantida a cobrança do débito não compensado no processo anterior implicaria em prejuízo duplo ao contribuinte.

Primeiro porque seria obrigado a pagar a estimativa não compensada integralmente. Segundo porque veria este valor não compensado ser excluído da composição do crédito. Assim, para evitar prejuízos ao contribuinte, haja vista que a ação de cobrança da Fazenda Nacional quanto à estimativa não compensada é perfeitamente legal, há de se admitir a utilização dos débitos de estimativa compensados em Declaração de Compensação, mesmo que a compensação não tenha sido homologada, posto que o pressuposto é que os débitos deverão ser cobrados posteriormente, de modo a evitar prejuízos ao particular e encerrar a análise dos processos de compensação posteriores que, de outra forma, permaneceriam pendentes até a conclusão de todos os procedimentos de cobrança.

Desta forma, sendo obrigatoriamente pagos os débitos naquele processo, as estimativas nele controladas devem ser consideradas para fins de composição dos créditos neste processo. Os demais valores de retenção na fonte e de pagamentos foram obtidos diretamente do já aceito pela decisão da Delegacia de Origem.

Outrossim, também entendo que é isso o que determina a interpretação do (§ 2º do art. 74, Lei nº 9.430/96, em que, seguindo o que dispõe do CTN, atribui à compensação os efeitos de extinção do crédito sob condição resolutória, o que nada mais é, do que a extinção imediata do crédito tributário confessado e compensado, até que haja a sua homologação expressa ou tácita, isto é, a compensação realizada, a quitação do valor confessado.

Caso a compensação não seja homologada, total ou parcialmente, caberá ao Fisco o direito de execução imediata do valor devidamente confessado.

Se assim não fosse, em casos como o da Recorrente, em que estimativas foram compensadas, a apuração de eventual saldo negativo sempre restaria prejudicada, até que o pedido de compensação fosse efetivamente analisado. Certamente não foi essa a intenção do legislador ao estabelecer o procedimento para realização de compensação de débitos tributários federais, visando dar agilidade mas, ao mesmo tempo, garantindo ao Fisco a segurança de que caso a compensação não fosse homologada restaria assegurado o seu direito à cobrança.

Outrossim, como demonstrado no relatório, através de tabela extraída do Acórdão Recorrido, todos os pedidos de compensação ainda não confirmados encontram-se devidamente controlados pelos seu respectivo processo administrativo.

O CARF, aliás, vem se posicionando sobre a necessidade de inclusão de estimativa compensada, ainda que esta não tenha sido homologada, no cálculo do saldo negativo, justamente para evitar a dupla cobrança do mesmo crédito tributário.

Veja-se, a título exemplificativo, as ementas dos julgados abaixo:

“COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. APROVEITAMENTO DE SALDO NEGATIVO COMPOSTO POR COMPENSAÇÕES ANTERIORES. POSSIBILIDADE. A compensação regularmente declarada, tem o efeito de extinguir o crédito tributário, equivalendo ao pagamento para todos os fins, inclusive, para fins de composição de saldo negativo.

Na hipótese de não homologação da compensação que compõe o saldo negativo, a Fazenda poderá exigir o débito compensado pelas vias ordinárias, através de Execução Fiscal.

A glosa do saldo negativo utilizado pela ora Recorrente acarreta cobrança em duplicidade do mesmo débito, tendo em vista que, de um lado terá prosseguimento a cobrança do débito decorrente da estimativa de IRPJ não homologada, e, de outro, haverá a redução do saldo negativo gerando outro débito com a mesma origem”. (Acórdão 1201001.054 – 2ª Câmara/1ª Turma Ordinária, Relator Luis Fabiano Alves Penteado, Sessão de 30/07/2014).

“DIREITO CREDITÓRIO. DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. DÉBITOS COM CRÉDITOS DE PERÍODOS ANTERIORES. DUPLA COBRANÇA. A compensação regularmente declarada extingue o crédito tributário, equivalendo ao pagamento para todos os fins, inclusive a composição do saldo negativo.

Glosar o saldo negativo quando este for composto por estimativas quitadas por compensação não homologada implica dupla cobrança do mesmo crédito tributário.

Mesmo que haja decisão administrativa não homologando a compensação de um débito de estimativa essa parcela deverá ser considerada para fins de composição do saldo negativo”. (Acórdão n.º 1803002.353 – 3ª Turma Especial, Relator Arthur Jose Andre Neto, Sessão de 23/09/2014).

Em julgado mais recente, a CSRF adotou semelhante posição, conforme atesta o julgado abaixo:

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário Ano-calendário:2004

COMPENSAÇÃO. GLOSA DE ESTIMATIVAS COBRADAS EM PER/DCOMP. DESCABIMENTO. Na hipótese de compensação não homologada, os débitos serão cobrados com base em Pedido de Ressarcimento ou Restituição/Declaração de Compensação (Per/DComp), e, por conseguinte, não cabe a glosa dessas estimativas na apuração do imposto a pagar ou do saldo negativo apurado na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). (Acórdão n. 9101002.489. Dj 06/12/2016).

Aliás, esse tema foi objeto de recente Súmula do CARF, de aplicação vinculante:

Súmula CARF nº 177

Estimativas compensadas e confessadas mediante Declaração de Compensação (DCOMP) integram o saldo negativo de IRPJ ou CSLL ainda que não homologadas ou pendentes de homologação. (Vinculante, conforme [Portaria ME nº 12.975](#), de 10/11/2021, DOU de 11/11/2021).

Assim é que dou provimento ao Recurso Voluntário para reconhecer o direito a um crédito adicional de R\$ 1.633.501,50, relativo ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2005, e homologar as compensações realizadas até o limite do crédito disponível.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Daniel Ribeiro Silva